

A noção de hiperenunciador¹

Dominique MAINGUENEAU²

Um dos maiores obstáculos que todo estudo das manifestações do discurso citado encontra é, provavelmente, o sentimento de falsa evidência que o acompanha, reforçado pelas tradições escolares. A partir do momento em que se deixa a doxa e os *corpora* tradicionais – o que vem acontecendo há aproximadamente trinta anos, com uma clara intensificação nos anos 1990 –, pode-se avaliar a extraordinária diversidade dessa problemática. Neste artigo, caminharei nessa direção, evocando um conjunto de ocorrências de citações “sem autor”, certamente bem conhecidas em sua essência, mas que, pelo que sei, não foram tratadas conjuntamente. Eu as agruparei sob um mesmo sistema, ao qual denomino *participação*.

Não analisarei detalhadamente as marcações enunciativas nem proporei um modelo preciso dos fenômenos evocados. Isso me parece prematuro, considerando o baixo grau de estabilidade desse campo. Será, sim, um primeiro esboço. Minha intenção não é introduzir fenômenos novos, mas lançar um olhar diferente sobre fenômenos que geralmente são abordados por meio de outras perspectivas.

1. O sistema de *participação*

Quando se analisam os usos da citação, dois planos interagem-se: o dos *procedimentos*, categorizados à base de critérios diversos (enunciativos, tipográficos, sintáticos, prosódicos: discurso direto, indireto, direto livre, discurso direto com *que*, etc.) e o dos *lugares*: gêneros (o jornal, o romance...), tipos de discursos (a imprensa...), posicionamentos (o discurso comunista, surrealista...).

Nós nos interessaremos por um sistema de citação singular, a “*participação*”, **acrônimo** (un **acronyme n’est pas un mot-valise, du moins en français**) que funde “participação” e “citação”. Essa categoria fundamentalmente pragmática atravessa vários gêneros, sem que, para isso, corresponda a um procedimento. *Mutatis mutandis*, poder-se-ia dizer que se trata de um procedimento comparável

¹ Este texto se constitui numa versão bastante modificada de um artigo publicado na revista *Langages* n.º. 156, 2004, p.111-26, sob o título *Hyperénonciateur et participation*. Tradução Roberto Leiser Baronas (UNEMAT/UFMT) & Fábio César Montanheiro (UNESP/CAR) Agradecemos verdadeiramente a Dominique Maingueneau por sua amável autorização para tradução e publicação deste texto.

² Professor-pesquisador no CÉDITEC – Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos Escritos e Comunicação da Universidade de Paris XII, Val-de-Marne UFR des Lettres et sciences humaines 61 avenue du Général de Gaulle 94010 Créteil/Fr.

àquele dos lingüistas que, seguindo a linha de Benveniste (1966), distinguem vários sistemas enunciativos (ao menos dois), segundo a relação que se estabelece entre enunciado e situação de enunciação. Esses sistemas não são tipos³ propriamente ditos, ou gêneros de discurso, nem feixes compactos de marcadores lingüísticos; são, sim, uma certa forma de mobilizar o aparelho enunciativo, ao qual estão associados, de modo regrado, alguns gêneros de discurso e alguns marcadores lingüísticos.

A “*participação*” difere da citação prototípica, daquilo que geralmente vem ao espírito quando se fala de “discurso citado”: corte de um fragmento, explicitação de sua fonte, inserção em uma situação de comunicação de caso pensado em uma outra situação (com todos os problemas associados ao conflito de localização dêitica entre os dois espaços), distância variável entre mundo do discurso que cita e mundo do discurso citado em função da estratégia de modalização que o relator adota. No sistema de “*participação*” as coisas se apresentam de modo um pouco diferente:

- O enunciado “citado” é um enunciado autônomo, porque ele já o é originalmente ou porque ele foi previamente autonomizado mediante sua extração de um texto.
- Essa citação deve ser reconhecida como tal pelos alocutários, sem que o locutor que a cita indique sua fonte e nem mesmo deixe claro que ele efetua uma citação por intermédio de um verbo *dicendi* introdutor, de um inciso, etc. A propriedade de citação é marcada apenas por um deslocamento interno à enunciação, que pode ser de natureza gráfica, fonética, pára-lingüística... O enunciado citado é apresentado em seu significante, dentro de uma lógica de discurso direto, mas levada ao extremo: não se trata apenas de simular – como geralmente ocorre no discurso direto –, mas de restituir o próprio significante. Contudo, essa restituição pode aceitar uma dose de variação, como freqüentemente se mostrou para formas ainda que comumente consideradas cristalizadas, os provérbios. A restituição do significante é evidentemente associada ao fato de que não há indicação da fonte da fala citada.
- O locutor que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que se poderia denominar um *Thesaurus* de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade onde circulam esses enunciados e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar um tal *Thesaurus*. Por sua enunciação, o locutor que cita pressupõe pragmaticamente que ele mesmo e seu alocutário são membros dessa comunidade, que eles são arrebatados em uma relação de tipo especular: o locutor cita aquilo que poderia/deveria ser dito pelo alocutário e, mais amplamente, por todo membro da comunidade que age de maneira plenamente conforme à esse pertencimento.

³ Eu sou favorável, aqui, ao emprego dominante, que faz do tipo de discurso o espaço que engloba os diversos gêneros de discurso de um mesmo setor de atividade. Para uma outra terminologia, ver Bronckart *et al.* (1985).

- Esse *Thesaurus* e a comunidade correspondente recorrem a um *hiperenunciador* cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado – no sentido estreito de uma adequação à um estado de coisas do mundo –, e mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade.

Se retomarmos as categorias de Rabatel (2003), pode-se dizer que a *participação* é fundamentalmente uma forma particular de co-enunciação, pois existe acordo em torno do PDV (=ponto de vista) (il faudrait ajouter cette précision). Trata-se, contudo, de uma forma particular de co-enunciação, já que esse acordo, em consequência da *participação*, é tal que torna inútil outras marcas de acordo explícitas em torno do PDV. Pode-se avaliar a especificidade desse sistema de citação colocando-o frente ao discurso direto livre (Rosier, 1999, p.278-98). Aparentemente, trata-se de fenômenos muito comparáveis, uma vez que nos dois casos ocorre a ausência de indicação da fonte; mas o Discurso Direto Livre – DDL - privilegia a doxa, o clichê: “O uso privilegiado do discurso direto livre para produzir discursos-clichê a todos e a ninguém favorece de algum modo o reconhecimento de segmentos aparentemente não atribuídos, na verdade, porém, atribuídos a uma pessoa qualquer” (1999, p.296). A *participação*, por outro lado, gera um desnivelamento entre a voz “ordinária” do locutor que cita e uma voz extra-ordinária. Em ambos os casos, o anonimato da fonte caminha de mãos dadas com o caráter compartilhado das falas citadas, mas o locutor que cita o DDL se situa acima do propósito citado, ele não se encontra em uma lógica de co-enunciação.

No estado atual parece-me difícil estabelecer um sistema *a priori* dos modos de *participação*, pois eles estão em contato estreito com a variedade de situações sócio-históricas. O mais razoável é, provavelmente, distinguir diversas famílias de *participação*, funcionamentos pragmáticos que apresentam afinidades. É o que vamos fazer aqui, operando diversos agrupamentos: não será contudo, uma enumeração disparatada, nem tampouco a exposição de uma grade sistemática.

2. As *participações* sentenciosas

O primeiro grupo de que trataremos é o das *participações* “sentenciosas”, para as quais o apagamento enunciativo é mais evidente.

2.1. A *enunciação proverbial*

Ficamos um pouco receosos ao tratar da enunciação proverbial sob um novo prisma, principalmente quando se tem consciência de tudo o que pôde ser escrito sobre esse assunto⁴. Na verdade, vamos apenas mostrar por que razões ela depende do sistema de *participação*.

No plano modal, sua característica mais interessante é, evidentemente, o deslocamento entre aquele que profere o provérbio e aquele que garante sua veracidade. Berrendonner (1982, p.207-11) fala de uma “citação-eco”, em que a mesma proposição seria sucessivamente assumida por duas instâncias de fala: SUJEITO UNIVERSAL, depois EU. Nas palavras de Ducrot (1984), seu “sujeito falante” não é seu “locutor”, aquele que se apresenta como seu responsável, uma vez que essa responsabilidade é atribuída à “sabedoria das nações”. Nessa perspectiva polifônica, o enunciado é, de certo modo, produzido por duas vozes, adotando o sujeito falante um PDV que ele apresenta como garantido por um SUJEITO UNIVERSAL. Na medida em que a instância validante – um SUJEITO UNIVERSAL – coincide com o conjunto dos locutores de uma língua, membros como ele da comunidade cultural e lingüística onde circulam os provérbios, aquele que “cita” um provérbio participa da comunidade que lhe dá sustentação. (Grésillon et Maingueneau, 1984).

O provérbio possui com toda certeza as características da *participação*. Ele faz parte de um “*Thesaurus*” indissociável da comunidade em que ele circula e que se define, entre outras coisas, por compartilhar esse *Thesaurus*. Este último não tem contornos bem delineados e as compilações de provérbios oferecem uma imagem muito imperfeita disso: apenas um número restrito de provérbios é realmente compartilhado e existem grandes variações para os demais segundo as regiões, os ambientes. Para além de contradições imediatas entre provérbios, a unidade é assegurada pela remissão a esse *hiperenunciador* comumente designado como “a sabedoria das nações” ou “a sabedoria popular”.

Por sua própria enunciação, o *particitador* de um provérbio confere a si – e a seu alocutário (seu “*particitador*”...) o estatuto de membro de uma comunidade. Esta faz, aliás, mais que estocar provérbios, ela é depositária de uma experiência que permite aos usuários aplicá-los a situações inéditas oportunamente categorizadas.

2.2. O adágio legítimo (“jurídico” serait mieux)

O adágio legítimo, do qual se sabe ser bem próximo do provérbio, constitui igualmente um bom exemplo de enunciado sujeito à *participação*.

(1) *Lettres passent témoins.* (= Cartas têm mais credibilidade que testemunhos)

⁴ Para um panorama recente, consulte-se o número 139 da revista *Langages* (2000).

(2) *Tous délits sont personnels, etc.* (= todos os delitos são pessoais »)

O adágio em francês sofreu concorrência do adágio em latim por muito tempo:

(4) *Patres sunt quos nuptiae demonstrant.*

(os pais são aqueles que o casamento designa como tais)

Esse *Thesaurus* em latim reforçava o sentimento de pertencimento de seus usuários à comunidade dos profissionais da justiça, cujo socioleto era, aliás, regularmente ridicularizado por produções satíricas.

Não retornarei às similitudes de diversas ordens entre provérbio e adágio legítimo; sobre esse assunto pode-se reportar ao artigo de Gouvard (2000). Entretanto, **não concordo com a ideia segundo** a qual os adágios, diferentemente dos provérbios, recusariam a combinação com “como se diz”:

“Os provérbios, que admitem encadeamento com ‘Como se diz’, não têm fonte determinada: eles remetem a representações estereotipadas, supostamente compartilhadas por todos (...). Por outro lado, os adágios, que não admitem encadeamento com ‘Como se diz’, podem ser interpretados somente em relação a uma das fontes do direito francês, dado que eles têm sentido e legitimidade apenas no quadro das convenções que regem o domínio de especialidade no seio do qual eles são empregados.”⁵

Para o que nos interessa aqui, a distinção entre a “fonte indefinida” do provérbio e a “fonte definida” do adágio é secundária: O SUJEITO UNIVERSAL é suficientemente plástico para aceitar ambos. Tanto em um caso como em outro, o enunciador invoca um *hiperenunciador*, uma outra instância não nomeada – seja a sabedoria das nações ou o Direito francês – reconhecida pelos seus interlocutores, membros da mesma comunidade de experiência, da mesma tradição. A diferença é que, em um caso (o provérbio) a comunidade é **de ordem natural**, no outro (o adágio) ela é de ordem profissional. Que não se confunda esse *hiperenunciador* dos adágios jurídicos com o “Legislador”, que é o *hiperenunciador* do Direito positivo. Se este último dá sustentação ao *Thesaurus* das leis, o primeiro é o responsável por uma experiência coletiva da prática da justiça, ainda que a maioria dos adágios derive de forma mais ou menos direta de textos de lei.

O adágio **legítimo/jurídico** é somente um caso extremo de uma família de *participações* que inclui, além do provérbio, as múltiplas sentenças associadas a certas comunidades de profissionais:

⁵ No original: “Les proverbes, qui admettent l’enchaînement avec ‘Comme on dit’, n’ont pas de source déterminée: ils renvoient à des représentations stéréotypées censées être partagées par tous (...). En revanche, les adages, qui n’admettent pas l’enchaînement avec ‘Comme on dit’, ne peuvent être interprétés que par rapport à l’une des sources du droit français, puisqu’ils n’ont de sens et de légitimité que dans le cadre des conventions qui régissent le domaine de spécialité au sein duquel ils s’emploient.” (Gouvard, 2000, p.81)

agricultores (máximas) (“maxima” n’est pas “dicton” : le mieux est de supprimer cette parenthèse), pequenos investidores em ações (“pequenos” est inutile ; en fait, ce sont plutôt les professionnels qui travaillent à la Bourse), etc. É justamente porque a meteorologia ou os negócios da bolsa de valores são, no fundo, incertos, que os membros do grupo confirmam seu co-pertencimento, apoiando-se em certo número de normas de comportamento estabilizadas em sentenças que têm como referente um *hiperenunciador*.

3. As *participações* gráficas

3.1. As *citações conhecidas*

Ao lado dos provérbios, circulam na sociedade muitos outros enunciados curtos, facilmente memorizáveis, cujo significante e significado são extraídos de uma organização mais ou menos pregnante (pela prosódia, rimas internas, tropos...). Muitas dessas fórmulas são extraídas de textos e podem figurar em “dicionários de citações”, onde a noção de citação recobre de modo vago “frases conhecidas”, “provérbios” e “aforismas”, isto é, qualquer enunciado curto (geralmente monofrástico) e autonomizado. Os organizadores desse tipo de dicionário têm o hábito de coletar todo tipo de citação que acham úteis para os locutores com falta de inspiração, nem sempre atentando para seu conhecimento público e para sua possibilidade de memorização. De nossa parte, não negligenciamos os enunciados que podem ser objeto de *participações* sentenciosas e nos limitamos a citações que têm por referente um autor individuado: aqui só nos interessam as citações conhecidas e cujo significante permite que elas circulem facilmente.

Essas citações conhecidas circulam em uma comunidade mais ou menos ampla: por exemplo, no espaço *fracófono* (*francofono*) se encontrará enunciados como “Aquilo que é bem elaborado é claramente enunciado”⁶ (*A Arte Poética* de Boileau), “Se apenas um permanecer, eu serei esse um”⁷ (*Os Castigos* de Victor Hugo), etc. O mesmo se dá com as perguntas de jogos televisivos ou radiofônicos do tipo “Quem disse...?”. Nós acabamos de dar exemplos de versos. E não é por acaso: por suas propriedades, os versos são mais facilmente *destacáveis* (Maingueneau, 2005, no prelo). Pode-se imaginar, por exemplo, que um locutor, em presença de um pôr-do-sol particularmente impressionante, invoque o verso de Baudelaire “O sol se afogou em seu sangue que se coagula”⁸ (“coagula” supprime la métaphore, il faudrait trouver un équivalent de “figer”; voir *édition bilingue de Ivan Junqueira (Nova Fronteira)*); esse verso não detém uma posição de destaque no poema, tampouco é autônomo enunciativamente (não é genérico, nem mesmo

⁶ No original: “Ce qui se conçoit bien s’énonce clairement”.

⁷ No original: “Et s’il n’en reste qu’un, je serai celui-là”.

⁸ No original: “Le soleil s’est noyé dans son sang qui se fige”.

iterativo), mas o único fato de ser um alexandrino e de ser fortemente metafórico, predispõe-no a ser destacável. De modo geral, o caráter de “evocação” (Dominicy, 1990) da poesia e sua estrutura rítmica pregnante favorecem sua autonomização. Acontece, contudo, que um enunciado que não tem propriedades de *destacabilidade* chega ao estatuto de fórmula conhecida; é o caso do *incipit* de *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust: “Por muito tempo fui dormir cedo”⁹; mas trata-se precisamente de um *incipit*.

Nas comunidades em que circulam, essas fórmulas são suscetíveis de ser mobilizadas por práticas muito diversas, que não evidenciam necessariamente a *participação*. Para uma fórmula filosófica, por exemplo, não ocorrerá *participação* quando, em um curso, um professor de filosofia comentar uma fórmula (e.g. “O homem é a medida de todas as coisas”¹⁰) como um enunciado considerado em tal texto ou em tal autor. Inversamente, ocorrerá *participação* quando numa conversa entre especialistas de filosofia se insere uma fórmula sem menção de autor.

3.2. A participação humanista

A noção de “citação conhecida” é, na verdade, enganosa. Algumas citações, a exemplo dos provérbios, circulam em comunidades muito amplas; outras, em comunidades menores, que ajudam a consolidar. Junto às comunidades fechadas (uma escola, uma seita...) existem as comunidades amplas; é o caso, por exemplo, dos humanistas do século XVI, que se reuniam em torno de um *Thesaurus*. Em Montaigne encontra-se um grande número de citações em latim que são dadas sem autor:

(5) “Se vós tirastes proveito da vida, vós vos saciastes dela, parti satisfeito.

Cur non ut plenus vitae conviva recedis ?

Se vós não a soubestes usar, se ela vos era inútil, o que vos importa tê-la perdido, para que a querer mais ainda?”¹¹

⁹ No original: “Longtemps je me suis couché de bonne heure...”.

¹⁰ No original: “L’homme est la mesure de toute chose”.

¹¹ No original: “Si vous avez fait votre profit de la vie, vous en estes repu, allez vous en satisfait,

Cur non ut plenus vitae conviva recedis ?

Si vous n’en avez su user, si elle vous était inutile, que vous chaut-il de l’avoir perdue, à quoi faire la voulez-vous encore?” (Livre I, XX, Garnier, tome 1, p.95)

(6) “Aquele que chama Deus em seu socorro enquanto está incorrendo no vício procede como o trapaceiro que invocaria a justiça em seu auxílio, ou como aqueles que evocam o nome de Deus como testemunho de mentira.

tacito mala vota susurro
Concipimus.

Poucos homens existem que ousassem revelar as súplicas secretas que fazem a Deus (...)¹²

É a passagem ao latim, o itálico e a posição tipograficamente destacada que assinalam tratar-se de uma citação. Quando a familiaridade com o *Thesaurus* dos consagrados textos gregos e latinos da Antigüidade é suficientemente grande, o leitor atribuirá eventualmente (5) a Lucrécia (**Lucrecio**) e (6) a **Lucain** (**vérifier**): a comunidade dos “humanistas” se define justamente por seu conhecimento suposto dos textos desse *corpus*. O escritor constrói o lugar de um leitor modelo que compartilha o mesmo *Thesaurus* e com o qual ele comunga por sua própria *participação*. Nesse dispositivo, os múltiplos autores do *corpus* humanista greco-latino valem menos como escritores individualizados do que como as múltiplas manifestações de um mesmo *hiperenunciador*, “a Antigüidade”, da qual todos participam. Dá-se, em consequência, uma relação polifônica em três planos e não em dois, como é o caso no provérbio: o *particitador* atribui a responsabilidade de seu enunciado a um autor, não explicitado, mas esse autor por si só é uma manifestação contingente de um *hiperenunciador* de que o *particitador* pretende estar embebido pelo próprio fato de citar fragmentos de seu *Thesaurus*.

Nos séculos seguintes, esse *Thesaurus* vetusto não cessará de suscitar *participações*, mas compreendendo uma comunidade de pertencimento bem menos vigorosa. Essa característica da escritura letrada é sinal de que se recebeu uma formação “clássica”, ela reforça a convivência entre escritor e leitor, que se reconhecem mutuamente como compartilhando o mesmo *Thesaurus*. Quando Freud põe como epígrafe de *Traumdeutung*

(7) *Flectere si nequeo Superos, Acheronta movebo.*

¹² No original: “Celui qui appelle Dieu à son assistance pendant qu’il est dans le train du vice, il fait comme le coupeur de bourse qui appellerait la justice à son aide, ou comme ceux qui produisent le nom de Dieu en témoignage de mensonge:

tacito mala vota susurro
Concipimus.

Il est peu d’hommes qui osassent mettre en évidence les requêtes secrètes qu’ils font à Dieu (...)
” (p.358)

ele não precisa sua fonte, construindo o lugar de um leitor modelo familiar da *Eneida*. Muito evidentemente, essa referência à Enéias e à travessia dos Infernos é pejada de sentido para quem quer compreender a maneira pela qual o fundador da psicanálise representa para si mesmo sua empresa, mas, além disso, esse tipo de *participação* é característico de uma certa configuração social e cultural.

3.3. O *Thesaurus* bíblico

A *participação*, de um modo ou de outro, implica uma instância impositiva, que é fonte de valores. No caso de amplas comunidades culturais (citações conhecidas, provérbios..., ou, num grau menor, os humanistas), essa autoridade não é de ordem doutrinal; o mesmo não se dá no caso de religiões escritas ou das escolas filosóficas. No cristianismo como no judaísmo, o *Thesaurus* que torna possível a *participação* coincide imaginariamente com um único livro, o Livro.

Nesse excerto do *Tratado do Amor de Deus* de São Francisco de Salles (Sales)

(8) “Théotime, *que olha para a mulher de seu próximo desejando-a, já adulterou com ela em seu coração*, e aquele que amarra seu filho para imolá-lo, já o sacrificou em seu coração.”¹³

não existe indicação de autor, recorre-se somente ao itálico. Do leitor modelo, cristão neste caso, espera-se perceber que se trata de uma frase do Cristo (Mateus, cap.5, 28). Observar-se-á que o texto distingue bem as falas citadas *propriis verbis* e as alusões a uma passagem da Escritura, como aquela no episódio do sacrifício de Isaac na frase que segue (“que amarra seu filho para imolá-lo”).

Nesse exemplo a *participação* implica diretamente o *hiperenunciador*, por menos que se admita que Jesus é Deus: por intermédio do Cristo exprime-se o *hiperenunciador* que funda o *Thesaurus* católico, o próprio Deus. Aliás, o enunciador põe em evidência esse encadeamento de identificações enunciador-Jesus-Deus, pois insere a citação em uma frase endereçada ao destinatário do livro (Théotime...), permitindo, de certo modo, que o *hiperenunciador* se exprima por sua boca. Um modo de mostrar que ele está habitado por Ele. Eis um tipo de citação onipresente nas religiões do Livro: ao *participar* fragmentos do *Thesaurus*, os locutores mostram o Espírito que os habita. Essa prática leva logicamente ao desaparecimento das marcas de discurso citado: cabe ao leitor ou ao ouvinte reconhecê-lo. O verdadeiro crente é aquele que tem essa competência, como se vê atualmente, por exemplo, nos discursos dos oradores fundamentalistas protestantes.

¹³ No original: (8) “Théotime, *qui voit la femme de son prochain pour la convoiter, il a déjà adultéré en son cœur* ; et qui lie son fils pour l’immoler, il l’a déjà sacrifié en son cœur.” (Pléiade, livro XII, cap. X, p.966)

Na verdade, a maior parte da Bíblia constitui-se não de falas que emanam diretamente de Deus, mas de textos de autores anônimos ou míticos que dependem de gêneros de discurso muito diversos (narrativa histórica, mito, poema, provérbio, compilação de leis...) escritos em lugares e épocas distintos. Mesmo no Evangelho, o Cristo só fala por meio do discurso citado. Mas para os membros da comunidade, os múltiplos “autores” da Escritura são apenas porta-vozes do único e verdadeiro Autor (o Espírito de Deus) que os inspira e garante o conjunto dos textos, indiferente à diversidade dos gêneros e das épocas. Sem esse postulado, toda a hermenêutica religiosa rui, já que não se pode mais esclarecer um fragmento da Escritura por um outro. Encontra-se, assim, uma estrutura comparável àquela do *Thesaurus* humanista: Montaigne e seus pares citam enunciados independentemente dos autores e dos gêneros. No entanto, existe uma diferença: no *Thesaurus* cristão, o *hiperenunciador* é ao mesmo tempo locutor (a Bíblia é inspirada por Deus, mas Deus é também um dos locutores), ao passo que no *Thesaurus* humanista, o *hiperenunciador*, a Antigüidade, não coincide com nenhum dos locutores citados, que se configuram, cada um deles, em uma manifestação própria.

4. As participações de grupo

Vamos considerar agora uma família bem diferente, as *participações de grupo*, que implicam locutores coletivos. Elas visam à fusão imaginária dos indivíduos em um locutor coletivo que, por sua enunciação, institui e confirma o pertencimento de cada um ao grupo.

4.1. As participações militantes

Essas *participações* permitem reforçar a coesão de uma coletividade, opondo-a a um exterior ameaçador (*slogans*, canto de torcedores, gritos de guerra...). Diferentemente das *participações* sentenciosas, as militantes são produzidas por um enunciador coletivo. Neste “coletivo” convém estabelecer uma distinção entre o grupo empírico dos locutores e a entidade de ordem institucional a que é atribuído o PDV. Esta última não pode se reduzir aos indivíduos empíricos que a constituem em um dado momento.

Para ser mais preciso, pode-se distinguir três níveis distintos:

- (a) os locutores empíricos, os indivíduos que compõem o grupo; assim considerados, estes não interessam à análise do discurso;
- (b) o ator coletivo do qual eles participam: um partido, um conjunto de manifestantes, uma associação;

(c) o *hiperenunciador* que funda os diversos PDVs expressos por esse ator: “a Esquerda”, “a Nação”, “o Clube”, etc.

Enquanto (b) tem por referente grupos de locutores que formam uma organização em um momento e lugar determinados, (c) tem por referente entidades de alguma forma transcendentais. Essa distinção vai se tornar mais clara nos exemplos que seguem.

Não entraremos aqui nos complexos problemas que a existência dos indivíduos coletivos propõe à semântica e à filosofia. Faremos apenas algumas distinções elementares para analisar esse tipo de *participação*, abstendo-nos de qualquer engajamento ontológico a esse respeito¹⁴.

4.1.1. O slogan

A noção de “*slogan*” não apresenta o mesmo valor, conforme se trate de publicidade ou de movimentos políticos. Interessa-me aqui pelo *slogan* político que, diferentemente do *slogan* publicitário, depende por natureza do sistema de *participação*. O *slogan*, a exemplo do provérbio, só pode ser repetido. O *slogan* se caracteriza como duplamente repetível: ele reclama um lugar de *participação* (cartaz, panfleto, o mesmo *slogan* em diferentes suportes); além disso, ele é indefinidamente repetido por aqueles que lhe dão destaque. Ele implica ainda um *ethos* apropriado: no caso presente, um *ethos* que marca um empenho total da pessoa. Mas, enquanto as *participações* sentenciosas não se constroem sobre a fronteira que distingue a comunidade de outras comunidades, a enunciação do *slogan* militante implica a existência de um exterior hostil ou indiferente frente ao qual se afirma o grupo. Neste caso, está-se em relação com um NÓS que supõe algo complementar, geralmente um concorrente no mesmo domínio.

Por enquanto, nossa noção de “coletividade” permanece fluida. Para refiná-la, pode-se servir da tripartição de Cruse (1986) que distingue

- Os “grupos” reservados aos humanos, que são consolidados por uma finalidade comum: *equipe, empresa, auditório...*;
- As “classes”, isto é “um conjunto de humanos baseado mais na posse de atributos comuns do que num projeto comum; uma classe tem menos coesão orgânica do que um grupo”: *o campesinato, o clero, o professorado, os proletários...*;
- As “coleções”, isto é, ajuntamentos: *montão, multidão, floresta, biblioteca...* (1986, p.176)

¹⁴ Pode-se avaliar a amplitude dessas dificuldades na obra de Descombes (1996).

Na *participação* dos *slogans* militantes estão em causa fundamentalmente coletivos, cuja permanência é assegurada, no tempo, por “grupos” no sentido atribuído por Cruse, e não de “classes” ou de “coleções”. Mas esses grupos podem ser transitórios, como sugere o exemplo do auditório proposto por Cruse. Os grupos militantes quando são transitórios – é o que ocorre nas manifestações políticas ou sindicais – têm até mesmo mais organicidade do que os auditórios: um conjunto de passantes que escutam um camelô, por exemplo. Quando eles são estáveis, são comunidades pré-construídas, anteriores à enunciação, isto é, grupos ligados a um aparelho e dotados de uma memória compartilhada.

No caso de um grupo transitório, está-se em relação com uma comunidade *hic et nunc* que a enunciação do *slogan* tem exatamente a função de unir. Quando acontece uma manifestação que reúne uma população heterogênea em torno de uma questão atual, o *slogan* não tem outra comunidade-suporte senão o próprio grupo que o está enunciando; daí uma tendência para fragmentar os *slogans* em função dos sub-grupos que compõem essa comunidade transitória. A comunidade transitória fabrica um *Thesaurus* conjuntural (os *slogans* co-presentes no espaço-tempo dessa manifestação), que mistura *slogans* de circunstanciais e outros que passam de uma manifestação à outra. (cf. “É apenas o começo; continuemos o combate”!)¹⁵

Ocorre, entretanto, *participação*, pois os diversos *slogans* implicam o lugar de um *hiperenunciador* cuja autoridade institui o conjunto de *slogans* compatíveis no espaço da manifestação: essa entidade (“os amigos da Liberdade”, “da Paz”, “os Democratas”, “os Patriotas”, etc.) deve existir para além desse agrupamento fugaz, assegurar uma continuidade imaginária de um agrupamento a outro. Diferentemente da “sabedoria das nações”, que permanece estável, esse *hiperenunciador* varia em função da opção política dos agrupamentos.

4.1.2. O canto de torcedores

O canto de torcedores (ver Gandara, 1997), diferentemente do *slogan*, é, por via de regra, preliminar à sua enunciação, fazendo parte do patrimônio do grupo, de uma instituição, no caso, os torcedores de um time esportivo. Essa diferença do *slogan* nada tem de absoluto, na medida em que nos regimes totalitários os *slogans* tendem a se cristalizar. Entretanto, é inerente ao político que boa parte dos enunciados desse gênero seja renovada para que eles permaneçam em contato direto e ativo com a conjuntura. Os cantos de torcedores assim como os gritos de guerra salientam acima de tudo uma lógica de Tradição, de repetição ritual, que conduzem à estabilização.

¹⁵ No original: “Ce n’est qu’un début, continuons le combat!”

Eis dois exemplos de “canciones de cancha” do futebol argentino.¹⁶ O canto (9) põe em evidência a exclusão do adversário, o canto (10) reafirma sobretudo o pertencimento dos locutores ao grupo:

(9)

“Boca no tiene marido / Boca não tem marido
Boca no tiene mujer / Boca não tem mulher
Pero tiene un hijo bobo / Mas tem um filho idiota
Que se llama *river pleit*.” / Que se chama *river pleit*¹⁷.

(10)

“Podran pasar los anos y no salir campeon / Poderão passar anos e o clube não ser campeão
Prefiero ser de Racing y no amargo como vos.” / Prefiro ser do Racing e não amargo como você.

4.2. As participações de comunhão

Trata-se de *participações* de locutor coletivo, que não privilegiam a fronteira da comunidade com o exterior, mas sim a fusão entre os membros do grupo. Exemplo paradigmático disso é, em registros bem diferentes, a oração ou a canção de estudantes de medicina. O esquema pode se complicar quando existe a presença de um intérprete.

4.2.1. A oração

Inscrevendo a oração no sistema de *participação*, esclarece-se de modo particular o que pode significar “dizer / fazer uma oração”. As orações pertencem a um mesmo *Thesaurus*, cujo domínio consolida a comunidade. Esse domínio, como no caso do provérbio, associa uma memória (“conhecer suas orações”) e uma competência comunicativa que permite saber quais orações dizer diante de tal situação e como a dizer. As orações mais prestigiosas da Igreja Católica, o “Pai Nosso”, e a “Ave Maria” são, além disso citações no sentido mais ordinário: a primeira atribuída ao Cristo, a segunda ao anjo Gabriel; na verdade, a comunidade se une em pensamento pela identificação com um *hiperenunciador* encarnado (o Cristo) cujo anjo é apenas um porta-voz¹⁸.

¹⁶ Exemplos tomados a Gandara (1997, p.64-6).

¹⁷ Trata-se evidentemente dos clubes Boca Junior e River Plate.

¹⁸ Por alguns aspectos nós evocamos a problemática das “denominações citatórias” desenvolvida por L. Perrin, que a estende a textos inteiros: “para mim, toda unidade ou seqüência discursiva formalmente reconhecível ou simplesmente apresentada, em virtude de suas propriedades formais, como tendo sido objeto de enunciações passadas instaura um significante unitário suscetível de fazer emergir uma denominação citatória. É assim principalmente com as orações,

4.2.2. As participações com intérprete

Esse tipo de *participação* é particularmente difícil de determinar, na medida em que a variedade de dispositivos de comunicação e das cenografias narrativas que ele torna possível é extremamente grande. O campo que essas práticas cobre é imenso. Pode-se, contudo, distinguir nele dois grandes conjuntos: “narrativos” (conto popular, mito...) ou “poéticos” (canção, poesia).

Essas *participações* supõem um dispositivo de comunicação assimétrico. Nas *participações* sentenciosas, ocorre uma reversibilidade essencial entre os dois pólos da comunicação: o *participador* podia ser qualquer membro da comunidade; dá-se o mesmo, em um grau superior, com as *participações* de grupo. Por outro lado, nas *participações* com intérprete intervém uma instância mediadora que é dotada de competências superiores àquelas do alocutário, no que diz respeito à relação com o *Thesaurus*. O alocutário tende a se converter em público. Isso não significa afastamento da órbita da *participação*, pois o intérprete aparece como um representante da comunidade, para quem ele atualiza fragmentos de um *Thesaurus* compartilhado. Aliás, o “público” o demonstra frequentemente por suas reações: ele resgata as canções, emite sinais confirmativos em momentos apropriados, etc. Nesse caso, cai-se numa lógica de tradição, não de criação. Pode-se evocar aqui repertórios e práticas codificados como aquele do *flamenco* andaluz ou dos *mariachi* mexicanos. Mas, de forma mais ampla, um artista se inscreve numa tentativa de *participação* a partir do instante em que ele segue um cânone tradicional, cujas regras são dominadas pela comunidade.

Nas *participações narrativas* o narrador se apaga para “*participar*” uma história virtualmente compartilhada pelo narrador e pelo narratário, membros de uma mesma comunidade cultural. É o caso de uma mãe de família que conta uma história do patrimônio sob a forma “a história de...”: “Eu vou lhe contar a história de...”, “Você conhece a história de...?”. Essas histórias do *Thesaurus* figuram nas antologias: contos populares franceses, contos de Grimm, de Perrault, etc. É, sobretudo às crianças que esses contos são narrados, pois presume-se que os adultos, membros plenos da comunidade, já os conheçam e possam contá-los. Isso não impede os adultos de escutá-los, confirmando com isso seu pertencimento. O *Thesaurus* tem por referente um *hiperenunciador* – “a Tradição”, “o Povo” – figurado na cultura francesa pela conhecida “*Mãe Ganso*”, que não tem outra função. O manuscrito dos contos de Perrault de 1695 tinha como título *Contos de Minha Mãe Ganso*, o autor se apagando diante da figura do *hiperenunciador* (Adam e Heidmann, 2004). É um

canções, parlendas e outros poemas, para citar apenas alguns gêneros de discurso, que emanam de nosso patrimônio cultural ou literário (e sem nos aventurar por enquanto a prestar conta das formas ou gêneros de discurso que não são textualmente memorizáveis). Uma oração, por exemplo, desde que reconhecida como tal, seja em virtude de suas propriedades formais, seja simplesmente porque ele foi previamente memorizada, instaura um significante unitário que nomeia uma situação genérica relativa a suas enunciações anteriores considerada como oração.”

equivalente, para o conto maravilhoso, daquilo que é a “sabedoria das nações” para o *Thesaurus* proverbial.

O narrador de um conto maravilhoso se abriga atrás de um *hiperenunciador* patrimonial, mas, diferentemente do que acontece com a citação conhecida, à qual sua brevidade e sua estrutura pregnante asseguram uma certa estabilidade, para ele não pode se tratar de citar de modo idêntico um enunciado que, por definição, não tem nem autor nem estabilidade. Existe, no entanto, certo número de índices que mostram uma vontade de respeito pelo significante, imposta pelo sistema de *participação*, mas incompatível com as condições desse tipo de narração; é assim que os narradores de conto se afeiçoam a empregar algumas fórmulas (“Era uma vez...”, “Eles viveram felizes e tiveram muitos filhos...”), ou a preservar alguns arcaísmos (“a pequena cavilha cairá”¹⁹ **(cet archaïsme n’est pas compréhensible par un Brésilien sans explication...)** para o *Chapeuzinho Vermelho*).

Seguindo a mesma perspectiva, poder-se-ia evocar a narração dos mitos. O narrador se coloca como seu *particidador*, apagando-se segundo estratégias diversas que mobilizam alguns marcadores lingüísticos de ordem testemunhal, um *ethos*, um certo registro de língua específicos.

5. O *hiperenunciador* com instâncias de enunciação complexas

Se na *participação* não há autor citado, é porque se trata fundamentalmente de uma forma particular de enunciação, em que o acordo entre as duas instâncias é tal que se faz inútil a presença de outras marcas de adesão ao PDV. O *hiperenunciador* aparece como uma instância que, por um lado, garante a unidade e a validade da irredutível multiplicidade dos enunciados do *Thesaurus* e, por outro, confirma os membros da comunidade em sua identidade, pelo simples fato de eles manterem uma relação privilegiada com ele.

Todo discurso direto tem uma dimensão mimo-gestual forte, uma teatralidade; o *particidador* não transgride a regra: é preciso que ele se apague de alguma maneira diante de um *hiperenunciador*, mesmo se este último não pode ser um locutor propriamente dito. As práticas de *participação* são assim ligadas a *ethos* discursivos característicos que cavam um desnivelamento enunciativo, o locutor, mostrando com isso que ele é apenas o porta-voz contingente de uma Fala vinda não importa de onde, passível de ser assumida não importa por que membro da comunidade.

Para ser preciso, já se pode distinguir entre dois grandes tipos de *hiperenunciador*, segundo se possa ou não lhe atribuir PDV.

¹⁹ No original: “la chevillette cherra”.

Quando o *hiperenunciador* é *individuado* (Deus) ou quando se trata de um tipo de um SUJEITO UNIVERSAL dóxico (provérbios, adágios...), pode-se lhe atribuir a responsabilidade de conteúdos proposicionais. Com um *hiperenunciador* individuado, a explicitação desses conteúdos deve passar por uma hermenêutica mais ou menos codificada: o que Deus nos quer dizer com isso? Por outro lado, quando não se trata de um *hiperenunciador* individuado ou dóxico (*corpus* humanista, contos populares, orações...), a situação é mais delicada. Trata-se, neste caso, mais de uma instância responsável por uma memória do que uma consciência propriamente dita. Certamente, fala-se comumente de “espírito” de um grupo, mas trata-se de um *ethos* mais ou menos especificado, não de conteúdos proposicionais. No limite, isso pode ser uma identidade sem propriedades semânticas especificadas: *participar* um verso de um poeta célebre corresponde a mobilizar uma instância de *hiperenunicação* inominável, aquela que dá sustentação ao patrimônio artístico, cultural, etc de uma comunidade.

Essa problemática do *hiperenunciador* se inscreve numa perspectiva mais ampla, que ainda não foi objeto de um tratamento de conjunto na análise do discurso, a das instâncias da enunciação que, na ausência de melhor, poder-se-ia dizer por simples comodidade “complexas”[sic]. Em regra geral, as teorias da enunciação lidam essencialmente com dois tipos de instâncias validantes: individuais e genéricas ou generalizantes (representadas comumente pelo SUJEITO UNIVERSAL da doxa). Na semântica e na filosofia da linguagem, ao contrário, na linha de pensamento do imemorial debate entre nominalismo e realismo, desenvolvem-se ontologias muito mais sofisticadas: que modo de existência deve-se conferir à entidades como “a França”, “o regimento”, “os jovens”, “a burguesia”, “a opinião pública”, etc.? Os analistas do discurso, por seu lado, abordam essa questão levando em conta a diversidade das práticas discursivas efetivas.

Para além de nosso “*hiperenunciador*”, pode-se incorporar outras peças a esse inventário. Existe, em particular, o caso dos textos que são objeto de uma elaboração coletiva. Isso recobre fenômenos muito variados, segundo a relação que se estabelece entre os sujeitos que cooperaram e a maneira pela qual o produto final pensa sua própria produção. Por exemplo, a responsabilidade dos textos publicitários é atribuída a um locutor individuado, a marca, cujas propriedades antropomórficas são conhecidas; esses textos são, contudo, notoriamente produzidos por uma agência de publicidade, que os assina de modo extremamente discreto. Existe também certo número de gêneros de discurso que emanam de aparelhos (da ONU aos sindicatos, passando por associações esportivas) em que o texto, atribuído a um enunciador institucional, resulta de uma negociação entre diferentes atores cujo nome figura no documento. Assim sendo, os relatórios do Banco Mundial (Maingueneau, 2000) fornecem a lista dos peritos que se reuniram para fazer o texto. O apagamento da pluralidade dos autores é menor no caso dos relatórios franceses de defesa de tese em letras e ciências humanas. (Dardy, Ducard, Maingueneau, 2002): se o conjunto do texto é de

responsabilidade coletiva da banca, entidade indivisível que concede a menção e que é representada por seu presidente, cada parte é de responsabilidade de um único membro dessa banca. Nesse caso não há negociação, mas simples justaposição das contribuições de cada um.

Pode-se evocar também o caso muito banal da imprensa escrita, cujo regime de autoria está longe de ser simples. Cada artigo tem um autor singular, mas a instância que é o jornal transcende essa multiplicidade que encontra o meio de se encarnar no comitê de redação e em seu diretor. É o que permite, por exemplo, dizer que existe um tom específico do *Libération*, por exemplo, ou que tal jornal tem esse ou aquele posicionamento político.

Poder-se-ia opor, por exemplo, esse “metaenunciador” – que seria o jornal em relação à cada artigo que ele contém – e o “interenunciador” – resultante de uma negociação entre diversos pontos de vista, etc. Mas as coisas se complicam imediatamente: na medida em que essa “interenunicação” emerge da colaboração de pontos de vista convergentes (caso de um grupo unido que redige um panfleto) ou de um compromisso entre pontos de vista opostos (caso de uma moção política redigida por representantes de correntes distintas), na medida em que se trate de um grupo com fins ideológicos, que deve marcar uma posição em um campo, ou de um grupo com fins práticos, que busca apenas fazer funcionar um aparelho, etc.

Pode-se sempre multiplicar os rótulos para distinguir esses variados casos de figura (metaenunciador, multienunciador, pluri-enunciador, superenunciador, etc.), mas de pronto **ja** seria necessário resolver o problema de saber se é possível ou não **rejeitar/selecionar** categorias de base que, combinando-se, permitiriam explicar a diversidade dos gêneros de discurso atestados. Se tais categorias não existissem, seria necessário renunciar a toda terminologia de alcance global. É plausível que haja essa complexidade das instâncias de enunciação assim como aquela das formas do discurso citado. Os procedimentos de base que permitem citar são limitados, mas a diversidade dos gêneros de discurso, ela própria em estreita relação com a evolução dos suportes materiais, é tal que se descobre sem cessar novas formas de citação, que se confundem com a especificidade de cada um desses gêneros. Entre a estreiteza dos procedimentos de base e a proliferação dos usos do discurso citado, é necessário construir categorias intermediárias, fundadas sobre grandes partilhas de ordem enunciativa e pragmática que estructurem o universo do discurso.

Referências bibliográficas

- ADAM Jean-Michel, HEIDMANN Ute, 2004, « Discursivité et (trans)textualité : La comparaison pour méthode. L'exemple du conte », in *L'Analyse du discours dans les études littéraires*, Amossy, R. et Maingueneau, D. (éds.), Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 29-49.
- ANSCOMBRE Jean-Claude (éd.), 2000, « La parole proverbiale », *Langages* 139.

BENVENISTE Emile, 1966, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard. Edição Brasileira: BENVENISTE, Emile, *Problemas de Lingüística Geral I*, Campinas, Pontes, ???

BERRENDONNER Alain, 1982, *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, Minuit.

BRONCKART Jean-Paul et al., 1985, *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*, Neuchâtel-Paris, Delachaux et Niestlé.

CRUSE D. Alan, 1986, *Lexical semantics*, Cambridge University Press.

DELEUZE Gilles, 1968, *Différence et répétition*, Paris, PUF.

DARDY Claudine, DUCARD Dominique, MAINGUENEAU Dominique, 2001, *Un genre universitaire : le rapport de soutenance de thèse*, Presses du Septentrion, Lille

DUCARD Dominique, MAINGUENEAU Dominique, 2002, *Le rapport de soutenance de thèse. Un genre universitaire*, Lille, Presses du Septentrion. (le livre est cité deux fois...)

DESCOMBES Vincent, 1996, *Les institutions du sens*, Paris, Minuit.

DUCROT Oswald, 1984, *Le dire et le dit*, Paris, Minuit. Edição Brasileira: DUCROT, O. O dizer e o ditto, Campinas, Pontes, ????

GANDARA Lelia, 1997, « Las voces del futbol. Analisis des discurso y cantos de cancha », *Literatura y linguistica 10*, 43-66, Universidad Catolica Blas Canas, Santiago (Chile).

GOUVARD Jean-Marie, 1999, « Les Adages du droit français », *Langue française 123*, 70-84.

GRÉSILLON Almuth, MAINGUENEAU Dominique, 1984, « Polyphonie, proverbe et détournement », *Langages 73*, 112-125.

MAINGUENEAU Dominique, 1984, *Genèses du discours*, Liège, Mardaga. Edição brasileira: MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU Dominique, 1990, *Pragmatique pour le discours littéraire*, Paris, Dunod. Edição brasileira: MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Sao Paulo : Martins Fontes, 1996

MAINGUENEAU Dominique, 2002, « Les rapports des organisations internationales : un discours constituant ? », *Nouveaux Cahiers de l'IUED 13*, 119-132, Paris, PUF.

MAINGUENEAU Dominique (à paraître), 2005, « Citation, surassertion et aphorisation », Actes du Colloque Ci-dit (Cadiz, 2004). Edição brasileira: MAINGUENEAU, Dominique. "Citation, surassertion et aphorisation." In: POLIFONIA – Revista do Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2004.

PERRIN L., 2002, « Figures et dénominations », *SEMEN 15*, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 141-154.

RABATEL Alain, 2003, « L'effacement énonciatif et ses effets pragmatiques de sous- et de sur-énonciation », in *Formes et stratégies du discours rapporté : approche linguistique et littéraire des*

genres de discours, Lopez Munoz, J.-M., Marnette S. et Rosier, L. (éds.), *Estudios de Lengua y literatura francesas* 14, 27-48, Université de Cadiz.

ROSIER Laurence (1999), *Le discours rapporté. Histoire, Théories, Pratiques*, Bruxelles, Duculot.